

## **JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO**

### **SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2022**

**01. Os atos enunciativos são aqueles responsáveis pela certificação de determinado fato ou relação jurídica existente, sem haver, para tanto, manifestação de vontade do Poder Público.**

**São exemplos de atos enunciativos, EXCETO:**

- a) atestados
- b) certidões
- c) portarias
- d) pareceres

**02. É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.**

**De acordo com a Lei 8.666/93, a definição acima se refere à modalidade licitatória chamada de:**

- a) concorrência
- b) leilão
- c) convite
- d) pregão

**03. De acordo com a Constituição Federal brasileira, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Isso significa que a responsabilidade extracontratual do Estado:**

- a) independe da comprovação de dolo ou culpa do agente, bastando a comprovação do nexo de causalidade entre a ação do agente público e o dano e a ausência de condições excludentes.
- a) depende da comprovação do dolo ou culpa do agente público, caracterizadora da falha na prestação do serviço público.
- c) é de natureza objetiva, sendo afastada quando comprovada a culpa ou dolo exclusivo do agente que, em tal hipótese, responde diretamente perante o particular.
- d) é de natureza subjetiva, condicionada à comprovação de culpa exclusiva do agente público.

**04. Em relação à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), é INCORRETO afirmar:**

- a) constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função ou de emprego.
- b) constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
- c) suas disposições são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- d) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos às cominações, previstas nesta lei, sem quaisquer limitações.

**05. Acerca dos temas “Da Seguridade Social: Disposições Gerais”, “Da Previdência Social” e “Da Assistência Social”, nos estritos termos da Constituição Federal de 1988, analise as seguintes assertivas:**

I - A pessoa física ou jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá contratar com o Poder Público, podendo dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

II - É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: - 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, observado tempo mínimo de contribuição; - 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

III - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos, dentre outros, a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

**Estão corretas as assertivas:**

- a) III, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

**06. No que se refere aos temas “Dos Beneficiários”, “Das Espécies de Prestações” e “Dos Períodos de Carência”, tratados na Lei nº 8.213/91, marque a assertiva incorreta:**

- a) Não descaracteriza a condição de segurado especial, dentre outras hipóteses, a exploração da atividade turística da propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano.
- b) É segurado facultativo o maior de 16 (dezesesseis) anos que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, desde que não se enquadre como segurado obrigatório.
- c) Independe de carência a concessão de pensão por morte, salário-família e auxílio-acidente, entre outros benefícios.
- d) São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, dentre outros, o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

**07. Acerca dos benefícios previstos na Lei 8.213/91, marque a assertiva correta:**

- a) A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando necessariamente em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.
- b) O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.
- c) O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 180 (cento e oitenta) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.
- d) A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito, quando requerida em até 180 (cento e oitenta) dias após o óbito, para os filhos menores de 16 (dezesesseis) anos, ou em até 90 (noventa) dias após o óbito, para os demais dependentes.

**08. De acordo com a Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, marque a alternativa correta:**

- a) Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas com fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

b) A assistência social rege-se, dentre outros, pelo princípio da igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.

c) A organização da assistência social tem como base, dentre outras, a diretriz da centralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.

d) A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

**09. Conforme a Constituição Federal, compete à União instituir impostos sobre:**

a) Importação de produtos nacionais.

b) Transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.

c) Produtos industrializados.

d) Propriedade predial e territorial urbana.

**10. Acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar, assinale a alternativa INCORRETA:**

a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

b) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

c) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.

d) É vedado à União estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

**11. São elementos do conceito de tributo, expressamente contido no Código Tributário Nacional, EXCETO:**

a) É toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir.

b) A prestação pecuniária, para caracterização de tributo, seja instituída em lei.

- c) A prestação pecuniária, para caracterização de tributo, seja cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- d) A prestação pecuniária, para caracterização de tributo, constitua sanção de ato ilícito.

**12. Sobre fato gerador e obrigação tributária, é correto afirmar, segundo o Código Tributário Nacional:**

- a) A obrigação tributária é principal ou alternativa.
- b) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- c) A definição legal do fato gerador é interpretada levando em consideração os efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.
- d) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, não é convertida em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

**13. Sobre os princípios constitucionais contemplados na Constituição Federal de 1988 é CORRETO afirmar:**

- a) todos têm direito a receber dos órgãos públicos e privados informações de seu interesse particular, ou de interesse de terceiros, que serão prestadas no prazo de 30 dias, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança nacional.
- b) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- c) ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente, salvo nos casos de crime de guerra, em estado de calamidade pública ou perigo de risco iminente.
- d) o artigo 5º da CF/88 assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral o direito ao contraditório e à ampla defesa, com recursos próprios do cidadão, desde que autorizados em Lei.

**14. Assinale a alternativa INCORRETA, considerando os dispositivos previstos na Constituição Federal de 1988:**

- a) a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.
- b) os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório.
- c) o prazo de validade do concurso público será de até 03 (três) anos, prorrogável sempre que houver interesse público, por igual período.

d) O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.

**15. Sobre as garantias constitucionalmente previstas aos juízes é CORRETO afirmar:**

a) aos juízes é garantida a vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;

b) inamovibilidade como direito absoluto, ou seja, ainda que exista interesse público, o Magistrado não poderá ser transferido de comarca.

c) o magistrado tem o direito de selecionar os casos que pretende julgar, podendo transferir processos para outras comarcas.

d) é assegurada atualização anual dos vencimentos em porcentagem superior ao aumento da inflação, garantindo assim efetiva valorização dos vencimentos, inclusive com melhora do poder de compra.

**16. Analise as questões abaixo e assinale a alternativa INCORRETA:**

a) são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

b) são legitimados a propor ação direta de inconstitucionalidade: o Presidente da República, o Governador de Estado, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional, entre outros dispostos em lei específica.

c) Proposta a ação direta de constitucionalidade, não se admitirá desistência.

d) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.

**17. Acerca do processo eletrônico, lei 11.419/2006, assinale a alternativa CORRETA:**

I - No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, exclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma desta Lei.

II - As citações, intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondentemente não serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais.

III - Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, que deverá ser posteriormente destruído.

- a) Apenas a afirmação I está correta
- b) I e III estão corretas
- c) Todas estão corretas
- d) Apenas a afirmação III está correta

**18. Segundo a lei nº 11419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial e altera o Código de Processo Civil, marque a alternativa INCORRETA:**

- a) Aplica-se o disposto na referida Lei, indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista, bem como aos juizados especiais, em qualquer grau de jurisdição.
- b) Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico após um dia do seu envio ao sistema do Poder Judiciário, do que deverá ser fornecido protocolo eletrônico.
- c) Quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 24 (vinte e quatro) horas do seu último dia.
- d) Para o disposto na citada Lei, considera-se meio eletrônico qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais.

**19. No que tange à comunicação eletrônica dos atos processuais no contexto da lei 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, marque a alternativa INCORRETA:**

- a) Os prazos processuais terão início no mesmo dia da publicação.
- b) Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.
- c) Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.
- d) As cartas precatórias, rogatórias, de ordem e, de um modo geral, todas as comunicações oficiais que transitem entre órgãos do Poder Judiciário, bem como entre os deste e os dos demais Poderes, serão feitas preferentemente por meio eletrônico.

**20. No processo eletrônico é correto afirmar que:**

- a) a Fazenda Pública não pode ser citada ou intimada por meio eletrônico;
- b) os atos processuais não podem ser praticados por meio físico, pelas regras ordinárias;
- c) a juntada de uma petição, em formato digital, só pode ser feita por serventuários;
- d) o acesso à íntegra do processo correspondente é considerado vista pessoal do interessado;

**21. Assinale a opção correta;**

- a) Na aferição da medida da culpabilidade, se a participação for de menor importância a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
- b) Na aferição da medida da culpabilidade, se a participação for em crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, sendo aumentada até um terço, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- c) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, exceto quando outro o momento do resultado.
- d) Em se tratando de lugar do crime, não se considera o lugar onde se produziu o resultado, mas apenas o lugar da ação ou omissão.

**22. Quanto ao crime de furto qualificado, é incorreto afirmar:**

- a) A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se o furto mediante fraude é cometido por meio de dispositivo eletrônico ou informático, conectado ou não à rede de computadores, com ou sem a violação de mecanismo de segurança ou a utilização de programa malicioso, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo.
- b) A pena de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa aumenta-se de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se o crime é praticado mediante a utilização de servidor mantido fora do território nacional.
- c) A pena de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa aumenta-se de 1/3 (um terço) ao dobro, se o crime é praticado contra idoso ou vulnerável.
- d) A pena é de reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos e multa, se houver emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.

**23. É correto afirmar:**

- a) A pena do crime de estelionato, praticado em detrimento de autarquia federal, é aumentada em um terço.
- b) Nos crimes de apropriação indébita previdenciária, a pena é reduzida à metade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.
- c) A pena do crime de roubo, quando a violência é praticada com emprego de arma de fogo, é aumentada em um terço.



d) Quem, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade, é equiparado a quem, por conta própria ou alheia, guarda ou introduz na circulação moeda falsa.

**24. Nos crimes de peculato, o funcionário público apropria-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia, em proveito próprio ou alheio, incidindo na pena de reclusão de dois a doze anos, e multa (art. 312, CP). É correto afirmar que:**

a) Incide nas mesmas penas o funcionário que concorre culposamente para crime de outrem.

b) Se o funcionário que concorre culposamente para crime de outrem repara o dano antes da sentença irrecorrível, ser-lhe-á extinta a punibilidade.

c) Se o funcionário que concorre culposamente para crime de outrem repara o dano após a sentença irrecorrível, ser-lhe-á extinta a punibilidade.

d) A pena é reduzida, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

**25. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal (ANPP), desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante condições ajustadas (art. 28-A, CPP). Sobre o ANPP, é incorreto afirmar:**

a) As condições previstas no art. 28-A podem ser ajustadas cumulativa e alternativamente.

b) Além das condições previstas no art. 28-A, CPP, o Ministério Público poderá indicar outra condição, desde que proporcional e compatível com a infração penal imputada.

c) O ANPP terá prioridade de aplicação, nos casos de cabimento de transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais.

d) Para ter validade, o ANPP deverá ser homologado pelo Juiz

**26. Quanto ao processo comum criminal, é correto afirmar:**

a) Recebida a denúncia, o juiz ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.

b) Na audiência de instrução, as testemunhas serão inquiridas após a tomada de declarações do ofendido.

c) A inquirição das testemunhas da defesa precederá às da acusação, pelo Princípio Constitucional do Contraditório.

d) Nos crimes de ação pública, o acusado oferecerá alegações finais antes do Ministério Público, pelo Princípio Constitucional da Ampla Defesa.

**27. Apresentada a resposta à acusação pelo acusado, o juiz deverá absolvê-lo sumariamente, exceto quando verificar:**

- a) A inimizabilidade do agente como causa excludente da culpabilidade
- b) A existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.
- c) Que o fato narrado evidentemente não constitui crime.
- d) Extinta a punibilidade do agente

**28. Na instrução do processo comum criminal, serão inquiridas até:**

- a) cinco testemunhas de acusação e até oito da defesa
- b) oito testemunhas de acusação e até oito da defesa
- c) oito testemunhas de acusação e até cinco da defesa
- d) cinco testemunhas de acusação e até cinco da defesa.

**29. Considerando as previsões da Lei 9099/1995, a respeito da competência nos Juizados Especiais Cíveis, informe (V) para verdadeiro e (F) para falso nas proposições abaixo e em seguida assinale a alternativa de sequência correta.**

( ) São da competência dos Juizados Especiais Cíveis as ações possessórias sobre bens imóveis, em caso de o valor do bem não exceder quarenta vezes o salário-mínimo.

( ) Tendo em vista que a ação de despejo é um procedimento especial, previsto na Lei nº 8.245/1991, não é possível, em qualquer hipótese, pleitear um despejo em sede de Juizados Especiais Cíveis.

( ) É possível tramitar ação de alimentos nos Juizados Especiais Cíveis, desde que o valor de doze meses da pensão pleiteada não exceda quarenta vezes o salário-mínimo.

( ) É competente, para as causas previstas na Lei nº 9.099/1995, o juizado do foro do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

( ) Permanece competente os Juizados Especiais Cíveis Federais quando além das pessoas físicas, integrarem o polo ativo da lide as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas em lei.

- a) F - V - V - F - V

- b) V - F - F - V - V
- c) F - V - F - V - F
- d) V - F - V - F - F

**30. Escolha a alternativa incorreta quanto ao meio de impugnação cabível do acórdão proferido por turma recursal dos Juizados Especiais Federais.**

- a) Oposição de embargos de declaração.
- b) Interposição de recurso extraordinário, a ser decidido pelo STF.
- c) Interposição de recurso especial, a ser decidido pelo STJ.
- d) Formular pedido de uniformização de interpretação de Lei Federal.

**31. Analise as afirmativas a respeito dos recursos nos Juizados Especiais Federais a seguir e responda.**

I - A oposição de embargos de declaração suspende o prazo para interposição de recurso.

II - É de 10 (dez) dias o prazo para interposição de recurso de sentença, cabendo julgamento à Turma Recursal.

III - Somente se admite recurso de sentença definitiva, não havendo possibilidade de recorrer de medidas cautelares deferidas no curso do processo.

IV - Se exige preparo do recurso, mesmo quando a parte recorrente for beneficiária de assistência judiciária gratuita.

- a) Apenas a alternativa I está correta.
- b) Apenas a alternativa II está correta.
- c) As alternativas I, II e III estão incorretas.
- d) Todas as alternativas estão incorretas.

**32. São consideradas infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei 10259/01 - Lei Dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal:**

- a) Crimes que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa.
- b) Crimes que a lei comine pena máxima não superior a um ano, ou multa, excetuados

casos em que haja previsão de procedimento especial.

c) Crimes que a lei comine pena máxima não superior a três anos, ou multa, excetuados os casos em que haja previsão de procedimento especial.

d) Todas as alternativas estão incorretas.

**33. De acordo com o que dispõe Código Civil acerca do Domicílio, marque a opção incorreta:**

a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

b) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

c) Se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, apenas um deles constituirá domicílio.

d) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.

**34. Sobre as Obrigações Solidárias, considere:**

I) A solidariedade não se presume; resulta da lei, mas não da vontade das partes.

II) A obrigação solidária pode ser pura e simples para um dos co-credores ou co-devedores, e condicional, ou a prazo, ou pagável em lugar diferente, para o outro.

III) A um dos credores solidários pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.

IV) O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.

Marque a opção que contém as assertivas corretas:

a) I e III;

b) II e IV;

c) II e III;

d) I e IV.

**35. Acerca dos Contratos em Geral, assinale a opção correta:**

a) Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

b) É expressamente ilícito às partes estipular contratos atípicos.

- c) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.
- d) Nos contratos de adesão, são válidas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.

**36. Marque a alternativa incorreta a respeito da Responsabilidade Civil:**

- a) A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.
- b) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.
- c) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- d) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmite com a herança.

**37. Nos termos do Código de Processo Civil, não é causa de suspensão do processo:**

- a) A convenção das partes.
- b) O parto ou a concessão de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa.
- c) A morte ou a perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.
- d) Quando o advogado responsável pelo processo constituir um dos demais patronos da causa e tornar-se pai.

**38. De acordo com o Código de Processo Civil, marque a opção incorreta:**

- a) A desistência da ação pode ser apresentada até a sentença.
- b) Se o autor der causa, por 3 (três) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.
- c) Não cabe retratação do juiz nas hipóteses de interposição de apelação contra a sentença que deixou de resolver o mérito.
- d) Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.

**39. Sobre os Elementos da Sentença, o Código de Processo Civil estabelece que não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:**

- a) Não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
- b) Deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, demonstrando a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.
- c) Empregar conceitos jurídicos indeterminados, explicando o motivo concreto de sua incidência no caso.
- d) Invocar precedente ou enunciado de súmula, identificando seus fundamentos determinantes e demonstrando que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos.

**40. Acerca da Lei nº 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo, assinale a alternativa correta:**

- a) Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União, mas não por entidades por ela controladas.
- b) Não poderá o juiz, em qualquer hipótese, notificar a autoridade por telegrama ou radiograma.
- c) Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- d) Poderá ser concedido mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.

**Questões discursivas:**

**1. Discorra, brevemente, sobre os aspectos gerais da intervenção do Estado na propriedade privada. Em seguida, elenque as principais modalidades interventivas, indicando suas características.**

**2. A Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, buscou introduzir em nosso ordenamento jurídico o Juiz das Garantias, alterando a forma de atuação do Juiz, tanto na fase de investigação policial, quanto na instrução do processo judicial, estando atualmente suspenso por decisão liminar do então Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux. Nesse contexto, discorra em até 15 linhas sobre o sistema acusatório e dê a sua opinião sobre o papel do Juiz na produção das provas no âmbito do Processo Penal.**